

John Stuart Mill, o Socialismo e sua Utopia Liberal: Uma Aplicação de sua Visão de Instituições Sociais

Laura Valladão de Mattos

Doutora em Economia pela FEA-USP e professora do Departamento de Economia da PUC-SP

RESUMO

Este artigo analisa do ponto de vista da teoria das instituições de Mill a sua rejeição ao socialismo e sua adesão ao que escolhemos denominar de sua 'utopia liberal'. Mill acredita que as instituições sociais, para serem adequadas, devem promover o progresso social - entendido, basicamente, como progresso individual - sem, no entanto, comprometer a ordem social. As instituições socialistas eram vistas como sendo limitadas em sua capacidade de promover alguns dos principais aspectos que Mill desejava ver cultivados na humanidade (como criatividade, originalidade, autonomia, etc.) e isto explica sua rejeição a esta alternativa social. A filosofia das instituições de Mill também ajuda a esclarecer a natureza de sua 'utopia liberal'. De fato, Mill recusa-se a estabelecer, de antemão, um conjunto específico de instituições como o ideal para o futuro. O que ele indica claramente é que em cada estágio de desenvolvimento da sociedade as instituições devem ser tais que estimulem, ao máximo, o progresso dos seres humanos. Neste sentido, sustentamos que a utopia social de Mill é ancorada na sua utopia moral de aperfeiçoamento humano.

PALAVRAS-CHAVE

J. S. Mill, filosofia das instituições, socialismo, utopia liberal, utopia moral

ABSTRACT

This paper analyses Mill's rejection of socialism and his adherence to what we chose to call his 'liberal utopia' from the viewpoint of his theory of institutions. Mill's belief was that, to be adequate, social institutions should promote social progress - understood mainly as individual improvement - without endangering the social order. Socialist institutions were seen as limited in their capacity to promote some of the main features that Mill wished to see cultivated in mankind (such as creativity, uniqueness, originality, autonomy, etc.) and this explains his rejection of this kind of social alternative. Mill's philosophy of institutions also sheds light into the nature of his 'liberal utopia'. In fact, Mill refuses to postulate the specific form of institutional arrangement that should prevail in an ideal society. What he clearly indicates is that at each stage of development of society the institutions should stimulate, to the limit, the improvement of human beings. In this sense we argue that his social utopia is anchored in his moral utopia of perfectibility of mankind.

KEY WORDS

J. S. Mill, philosophy of institutions, socialism, liberal utopia, moral utopia

INTRODUÇÃO¹

Para Mill, a transformação institucional seria a mais importante arma que o homem público teria à mão para promover o progresso individual² - quintessência do progresso social - e, por conta disso, a análise sobre as formas institucionais ganha relevo na sua obra. Por outro lado, as instituições seriam o fundamento da ordem e coesão social existentes em cada momento - o que imporia um risco à manipulação das instituições.

Esse artigo procura explicitar que a concepção que Mill tem do duplo papel das instituições - promover o progresso e garantir a ordem - está na base de suas posições enquanto reformador social. Quando ele analisa a pertinência de manter, extinguir ou introduzir instituições (sejam elas econômicas, sociais, ou religiosas), o principal critério utilizado é o de avaliar sua eficácia no desempenho desses dois papéis, com ênfase especial no papel de melhorar a sociedade por meio do aprimoramento dos homens. Para ilustrar esse ponto, analisaremos a discussão que Mill faz do socialismo e posteriormente apresentaremos a sua utopia social.

Assim, na primeira parte do artigo (itens I.1 e I.2) a filosofia das instituições de Mill é discutida, e estabelecemos que, para Mill, diferentes estados de sociedade demandam diferentes conjuntos de instituições para que sejam ordenados e progressivos.

Na segunda parte (item II) a análise que Mill faz do socialismo é apontada como uma boa ilustração de seu procedimento em relação à reforma das instituições. Argumentaremos que, em última instância, Mill rejeita o socialismo por duvidar de sua capacidade de promover, no longo prazo, o progresso do homem e, portanto, da sociedade.

Finalmente, na terceira parte do artigo (item III), discutiremos a utopia que Mill adota. Argumentaremos que esta só pode ser entendida plenamente quando

1 Este artigo é baseado no cap. 4 e na conclusão da minha tese de doutoramento intitulada *Economia Política e Mudança Social: A Filosofia Econômica de John Stuart Mill* - recentemente publicada pela EDUSP. O artigo foi apresentado anteriormente no *Colóquio de História do Pensamento Econômico* realizado no Rio de Janeiro em dezembro de 1998, no III Encontro de Economia Política realizado em Porto Alegre em junho de 1999, e na 26ª Conferência da History of Economics Society em Greensboro, EUA.

2 As instituições seriam "...o principal instrumento de educação social de um povo..." (MILL, 1834, p. 16)

analisada à luz de sua filosofia das instituições. Mill é muito lacônico quando se refere ao ideal da sociedade do futuro e de fato ele tem que ser lacônico. Uma vez que Mill acredita que os homens progridem e que as necessidades e deficiências da sociedade estão constantemente em mutação, ele não teria como tentar estabelecer, de antemão, qual seria o melhor conjunto institucional para o futuro. Argumentaremos que Mill tem uma boa idéia do que ele quer que o homem seja no futuro (ou seja, ele tem uma utopia moral) e que a sociedade ideal, a cada momento, será aquela na qual as instituições garantam a ordem e ao mesmo tempo promovam, da forma mais eficaz possível, o progresso humano na direção desejada. Nesse sentido, concluímos que a utopia social de Mill é, de fato, guiada por sua utopia moral.

I. 1 AS INSTITUIÇÕES E O PROGRESSO

Para Mill o progresso social estaria intimamente ligado ao progresso individual.³ Assim, a tarefa prioritária das reformas sociais deveria ser promover o progresso social não puramente por meio de engenharia social, mas primordialmente por meio do aprimoramento dos homens pertencentes à sociedade em questão.⁴

É essencial notar que, apesar de Mill considerar de grande importância o acesso universal à educação formal, a idéia de ‘educação’ aqui esboçada é bem mais abrangente. Aprimorar (ou educar) a natureza humana significava, para ele, incentivar, entre outras características, a prudência, a responsabilidade, o autocontrole, a diversidade e a originalidade, a energia de caráter, a iniciativa, a autonomia, o cultivo intelectual, a sensibilidade estética e os interesses não-auto-referentes.⁵

3 Essa ligação existia, pois Mill era um utilitarista e o seu conceito de felicidade era intrinsecamente relacionado à idéia de aperfeiçoamento humano. Para a idéia de felicidade em Mill ver HOAG (1987).

4 Não bastaria, para ele, alterar as circunstâncias externas, o próprio homem teria que evoluir no processo. Ao fazer no fim da vida um balanço de sua atuação juvenil como ‘ativista benthamista’, essa postura fica clara: “...Na Inglaterra eu vi e continuo a ver muitas das opiniões da minha juventude obterem reconhecimento geral, e muitas das reformas nas instituições pelas quais lutei durante toda a vida, ou serem efetuadas ou estarem em vias de o serem. Mas estas mudanças ocorreram com muito menos benefício para o bem-estar da humanidade do que antes antecipei, isto porque elas produziram pouco aperfeiçoamento no seu estado intelectual e moral, do qual depende a melhora da condição da humanidade...” (MILL, 1873, p. 180, grifo adicionado)

5 Para uma análise mais detalhada da visão normativa de Mill sobre a natureza humana ver MATTOS (1997).

As instituições sociais em seu conjunto - entre elas sistema educacional - determinariam as qualidades humanas que prevaleceriam em cada país e época:

“...a educação realmente efetiva de um povo é fornecida pelas circunstâncias que o circundam [...] Aquilo que é deliberadamente ensinado não é tão importante na modelagem do caráter quanto os ensinamentos não intencionais das relações e instituições sociais...”(MILL, *apud* DUNCAN, 1973, p. 365/6)

O processo de manipulação institucional aparece, então, como um poderoso meio de engendrar o progresso individual e, conseqüentemente, o social, devendo ser utilizado para a promoção desse fim. No entanto, esse progresso muitas vezes teria que ser buscado de forma tortuosa. Difícilmente se acharia um arranjo institucional capaz de moldar a natureza humana simultaneamente em todas as direções desejadas. Algumas características almeçadas teriam que ser, por vezes, cultivadas em detrimento de outras igualmente importantes. Mais do que isso, dependendo do caso, poderia ser necessário o estímulo de traços de caráter consideradas moralmente “inferiores” para que no futuro outros mais “elevados” pudessem se desenvolver.

Não existiria para Mill um ‘pacote’ de instituições sempre capaz de aproximar natureza humana de seu ideal. Cada nível de desenvolvimento humano demandaria - e poderia lidar com - um determinado conjunto de instituições particular. A *“...mesma instituição não se adequará mais a duas nações em diferentes estágios de civilização do que a mesma lição a crianças de idades diferentes...”*(MILL, 1834, p. 16) As instituições deveriam ser tais que estimulassem na população justamente os traços de caráter necessários para o progresso social e reprimissem aqueles que estariam servindo de obstáculo para este. Em alguns casos, por exemplo, a busca da riqueza precisaria ser incentivada, em outros, ela representaria um grave entrave ao progresso. Alguns povos necessitariam ser apaziguados, outros precisariam aprender a ser mais ativos e independentes.”...*Como pode a mesma organização social ser adequada para produzir tantos efeitos contrários?...*”(MILL, 1834, p. 16)⁶ Ou seja, as instituições adequadas para a promoção do progresso variariam conforme

6 Mill reproduz a mesma idéia em artigo sobre Bentham: *“...Instituições muito diferentes são necessárias para treinar um povo para a perfeição de sua natureza...”*(MILL, 1838, p. 105) *“...As mesmas leis não se adequariam a povos ancestrais selvagens acostumados a uma independência rude, e ao povo asiático vergado (bowed down) sob despotismo militar; o escravo precisa ser treinado a se autogovernar, o selvagem a submeter-se ao governo de outros...”*(idem)

a situação. (MILL, 1834, p. 16 e MILL, 1861, p. 30) E, de fato, Mill defendeu, com frequência, diferentes instituições para Estados mais atrasados e para a Inglaterra.⁷

Mas mesmo tendo que escolher por vezes entre as características a serem cultivadas nos homens, consideramos seguro afirmar que o conjunto de características enumerado anteriormente constitui um guia para as reformas institucionais a serem implantadas. A capacidade de contribuir - ainda que somente a longo prazo - para a sua promoção foi fundamental para a determinação da pertinência das diversas instituições sociais.

I.2 AS INSTITUIÇÕES E A COESÃO SOCIAL

Apesar de ser o campo, por excelência, da ação social, o espaço para a transformação institucional seria, entretanto, a cada momento do tempo, limitado. Isso decorre do fato de as instituições desempenharem um papel crucial não só na promoção do progresso mas também na própria manutenção de uma existência social ordenada.

Para Mill, a ordem e a coesão social não estariam fundadas em tendências “naturais” do homem. Estas, ao contrário, representavam, em certo sentido, entraves à vida em sociedade.⁸ Ao longo do processo de civilização o homem foi sendo socializado pela introdução de instituições que domesticaram seus instintos, disciplinaram suas vontades e angariaram simpatias intensificando os laços comunitários. Ou seja, os elementos organizadores da vida social foram conquistados a duras penas e precisariam ser, no seu entender, a todo momento recolocados para que o caos não se instaurasse.

E as bases em torno das quais a coesão se construía diferia de uma comunidade para outra. Cada sociedade teria um conjunto de instituições específico que moldaria os homens de forma a viabilizar uma convivência organizada. Instituições

7 Ele defendeu, por exemplo, a Democracia Representativa para a Inglaterra ao mesmo tempo em que sustentou a presença inglesa na Índia (ver SCHWEINITZ, 1984 para estudo das posturas de Mill em relação a esse país). Defendeu ainda, fervorosamente, a implantação de um sistema de pequena propriedade rural para a Irlanda apesar de considerar que a sua implantação na Inglaterra seria um retrocesso.

8 A imagem que Mill tinha do selvagem (o homem não moldado por instituições) não era muito enobrecedora. Este, além de não ser dotado de virtudes como a lealdade, coragem, limpeza, honestidade e honra, seria autocentrado, indisciplinado, improvidente, escravo de suas paixões, etc. - traços basicamente anti-sociais. (Ver MILL, 1874a, p. 393-395) Para maiores detalhes ver MATTOS (1998, p. 43-68).

ou crenças fundamentais na garantia da coesão social em determinada sociedade poderiam mostrar-se supérfluas ou até prejudiciais em outra.

Essa visão das instituições como o fundamento da coesão social retira alguns graus de liberdade à ação do reformador e introduz uma dimensão adicional à qual ele precisa estar atento. Se, na ânsia de transformar a sociedade, o homem público desavisadamente minasse os elementos que cimentam as relações entre os homens o resultado poderia ser o caos. Isso explica a aversão de Mill a qualquer modificação social abrupta muito abrangente e a sua aparente falta de ousadia no que se refere a propostas de alterações institucionais em sua época.

Antes de modificar ou extinguir qualquer instituição far-se-ia necessário uma análise cuidadosa da função por ela preenchida na organização social em questão e uma avaliação da possibilidade de este ser desempenhado a contento por instituições alternativas. E mais, como os elementos se articulam de uma forma diferente em cada sociedade, as decisões de reforma só poderiam ser tomadas tendo por referência estados de sociedade específicos.⁹

Um exame atento do nível moral e intelectual da população seria fundamental antes da introdução de novas instituições. Primeiro, porque apontaria as características que deveriam ser incentivadas nos homens. Segundo, porque indicaria dentre as instituições capazes de estimular os traços desejáveis e necessários ao progresso aquelas que seriam passíveis de serem implantadas. A compatibilidade entre as instituições e os homens sobre as quais pretendem viger seria fundamental. Instituições que, para o seu bom funcionamento, exigissem dos homens características diferentes das efetivamente apresentadas não deveriam ser implantadas sob o risco de desagregação social.

9 Uma ilustração da influência destas proposições na ação de Mill enquanto reformador social é fornecida pela análise que ele faz da religião. Em um texto publicado postumamente, denominado "The Utility of Religion", Mill analisa o papel que a religião cumpre em sua sociedade (a sua importância na manutenção da ordem, como fator disciplinador das paixões humanas mais anti-sociais, como fonte de autoridade, e como elemento fundamental na formação moral dos indivíduos) e investiga se este papel poderia ser cumprido com vantagem por alguma outra instituição. Mill acaba propondo como substituto para a religião uma espécie de religião da humanidade, mas não sem antes analisar cuidadosamente se esta substituição - em sua época e sociedade - seria capaz de manter a ordem social e o progresso individual. E é claro que essa conclusão não poderia ser generalizada para qualquer estado de sociedade. Em situações nas quais a religião é o fundamento do sistema de opiniões aceitas e ao redor do qual toda a socialização e o curso ordinário da vida da comunidade gira, o esforço de diminuir a crença religiosa poderia mostrar-se fatal para a sobrevivência social. (Ver MILL, 1874b)

Assim, somente um subconjunto das reformas concebíveis seria, de fato, viável:

“...Mill estava pronto a limitar a imaginação abstrata ou utópica às condições reais em que os homens se encontravam [...] a transformação institucional não era um processo livre, tinha que estar adaptada à época, ao local e às circunstâncias...” (DUNCAN, 1973, p. 236)

O reformador social teria que estar atento ao fato de que *“...diferentes estágios do progresso humano não só terão (will have), como deverão ter (ought to have) instituições diferentes.”* (MILL, 1873, p. 130/1) Seja pela ótica da manutenção da ordem, como sob a da promoção do progresso, a discussão institucional teria que ser historicamente localizada.

Essa visão do duplo papel das instituições - manter a ordem e promover o progresso - tornou a posição de Mill bastante *sui generis* enquanto filósofo social. Apesar de depositar esperanças quase ilimitadas nas potencialidades humanas e sociais, ele assumiu uma postura bastante comedida enquanto reformador por ter reconhecido a complexidade envolvida no estabelecimento de novas instituições e extinção de velhas.

Mill não acreditava na viabilidade de transformações repentinas e generalizadas das principais instituições. Para ser bem-sucedida, a manipulação institucional teria que ser conduzida de forma lenta e cuidadosa.

O pré-requisito básico de que a modificação ocorresse *pari passu* ao progresso individual, por si só, já tornava o processo moroso:

“...O progresso real é vagaroso e oscilante, em primeiro lugar porque a ordem exige conciliações, e em segundo lugar porque o melhoramento no caráter do homem, de que consiste basicamente o progresso, é em si lento. Mill é necessariamente um gradualista...” (HARRIS, 1956, p. 174)

Novas e melhores instituições melhorariam o homem e este homem aperfeiçoado permitiria e demandaria a implantação de arranjos sociais superiores que, por sua vez, teriam impactos sobre a natureza humana dando continuidade ao círculo virtuoso do progresso humano e social.

II. A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MELHOR: O CASO DO SOCIALISMO

A importância dada por Mill a questões de reforma social pode ser explicada pela sua visão de que as instituições de sua época, apesar de cumprirem o papel de garantir a coesão social, certamente não estariam preenchendo a contento a segunda função que lhes caberia, ou seja, a de engendrar o melhoramento humano e, por meio deste, o progresso social.¹⁰

Dada essa visão crítica, Mill teve um interesse especial pelas discussões de filosofia social de sua época, onde as teorias socialistas e comunistas estavam ganhando força.¹¹ E apresentou nos *Princípios de Economia Política* e nos “Capítulos sobre o Socialismo” uma avaliação ponderada sobre os méritos e defeitos destas propostas como alternativas à organização social vigente.¹²

A compreensão que Mill tinha do papel das instituições na manutenção da ordem social fez com que ele descartasse tentativas de modificar de forma repentina e generalizada as principais engrenagens da maquinaria social. Os custos associados a uma eventual ruptura da ordem social seriam incalculáveis. Ela poderia significar a perda das principais conquistas da civilização e a volta a um estado de natureza do tipo ‘hobbesiano’. Este era um risco que Mill, enquanto reformador, não estava disposto a assumir. Por esta razão, as idéias dos socialistas revolucionários - que propunham transformar de uma só vez a organização social - foram rapidamente rechaçadas. (MILL, 1879, p. 748/9)¹³

10 Além de não levarem ao aperfeiçoamento humano, as instituições da época estavam levando a resultados ineficientes e injustos.

11 A sua preocupação com este debate é revelado por Mill na seguinte afirmação: “...Confesso que considero as investigações puramente abstratas da economia política [...] como de muito pouca importância comparadas às grandes questões práticas que o progresso da democracia e a difusão das opiniões socialistas estão colocando, e para as quais tanto as classes governantes como as governadas estão longe de se encontrar adequadamente preparadas...” (MILL, apud SCHWARTZ, 1968, p. 337) Para maiores detalhes sobre estes interlocutores de Mill ver SCHWARTZ (1968, p. 229/31).

12 A posição de Mill em relação ao socialismo e comunismo sofreu diversas alterações ao longo das sucessivas edições dos *Princípios de Economia Política* e, posteriormente, nos “Chapters on Socialism”. Nós nos centraremos na versão apresentada a partir da terceira edição dos *Princípios* e na análise apresentada nos “Chapters”. Para estudos detalhados da evolução do pensamento de Mill sobre estas formas alternativas, ver ROBBINS (1952, p. 142/68) e SCHWARTZ (1968, p. 227/279).

13 Ao se referir a estas propostas cataclísmicas ele diz: “...Eles não percebem que o caos é uma posição muito desfavorável para começar a construção de um novo Cosmos e que muitas eras de conflitos e de opressão tirânica dos fracos pelos fortes seguiriam; eles não sabem que eles lançariam a humanidade no estado de natureza, descrito de forma tão dramática por Hobbes, onde todo homem é inimigo do homem...” (MILL, 1879, p. 749) O fato de a influência deste tipo de socialistas ter aumentado ao longo da década de 1860 pode ter sido em parte responsável pela posição mais crítica em relação ao socialismo que Mill apresentou nos “Chapters” quando comparada à apresentada nos *Princípios*.

Seria fundamental que novos arranjos sociais não se tornassem “...um motor de subversão [da ordem social] antes de se provarem capazes de serem também um meio de reconstrução...” (MILL, 1879, p. 737) A análise de Mill volta-se, então, às alternativas passíveis de serem testadas e aprimoradas em pequena escala antes de serem estendidas para a sociedade como um todo. Dentre estas, ele discute em detalhes o comunismo e, de forma bastante superficial, o esquema proposto por Fourier.¹⁴

É importante, antes de mais nada, esclarecer que o significado atribuído por Mill ao termo comunismo é diferente do significado atual. Ao discutir o comunismo Mill referia-se às propostas dos owenistas. Estas implicavam “...perfeita igualdade na distribuição dos bens materiais (*physical means of life and enjoyment*)...” (MILL, 1848, p. 203), mas não tinham qualquer traço de planejamento central. A existência de teorias sociais que propunham gerenciar de forma centralizada todos os meios de produção chega a ser mencionada nos “*Chapters*”, mas estas são descartadas rapidamente como sendo quimérica. (MILL, 1879, p. 748)¹⁵

Mas apesar de não propor gestão centralizada dos recursos da sociedade, o pensamento comunista - bem como as principais correntes socialistas - era muito crítico à competição via mercado e certamente não pretendia manter esta instituição.

Mill pôs em questão esses dois pontos do comunismo - a proposta de eliminação da competição e sua regra distributiva - por considerá-los inadequados aos seus contemporâneos. Essas críticas ao comunismo e a outras formas de socialismo precisam ser vistas, entretanto, com alguma cautela. Apesar de Mill não considerá-los arranjos adequados, eles seriam - por razões que serão depois analisadas - bastante superiores ao arranjo social existente. No entanto, o reformador não teria somente essas duas alternativas a considerar e, como veremos, Mill, de fato, sugere um terceiro caminho.

14 Podemos especular que essa diferença de tratamento relaciona-se ao fato de Mill identificar-se mais com este último, que estaria bem mais próximo de seu ideal de sociedade do que o comunismo. Mill analisa também a proposta dos saint-simonianos mostrando-se bastante crítico. Esta proposta pressuporia uma elite centralizadora que supostamente teria a competência de alocar as pessoas nos diversos ramos de atividade de acordo com os seus talentos e de remunerá-las de acordo com o seu mérito. Para ele, algo parecido com este esquema só seria possível de ser implantado em uma sociedade onde existisse um fosso enorme entre o conhecimento da classe dirigente e o restante da comunidade - como no caso dos jesuítas no Paraguai. Mill considerava a suposição de que esta justiça distributiva pudesse ocorrer, e principalmente, sem despotismo “...quase tão quimérico a ponto de desmerecer consideração.” (MILL, 1848, p. 211)

15 O comunismo seria uma forma radical de socialismo; por vezes Mill o separa das demais tendências, por outras trata todas sob a denominação de socialistas.

Mill considerava as propostas de eliminação da concorrência inadequadas pelo fato de, em sua época, a busca da riqueza e a ânsia de melhorar a sua posição relativa cumprirem a importante função de manter as energias dos homens em atividade. Apesar de desejar ver a intensidade desta busca diminuída, Mill entendia que a eliminação do *locus* de manifestação desta energia, na ausência de uma melhora significativa no caráter dos homens, poderia se mostrar problemática. Para ele, as teorias socialistas em geral “...ignoram a indolência natural da humanidade, a sua tendência a ser passiva e escrava de hábitos, a persistir indefinidamente no mesmo curso de ação uma vez escolhido...” (MILL, 1848, p. 795) E a estagnação das energias e da mente constituíam importantes obstáculos ao progresso. Na sua avaliação a “...competição pode não ser o melhor remédio concebível, mas, no presente, é um estímulo necessário e ninguém pode antever o tempo no qual ele não será mais indispensável...” (MILL, 1848, p. 795) O mercado seria, em certo sentido, funcional enquanto não houvesse melhora do caráter da população. De novo vemos que, para Mill, não bastaria mudar as instituições, o verdadeiro progresso dependeria do melhoramento humano.

Mill também não se mostrava plenamente convencido da pertinência de adotar a regra de distribuição proposta pelos comunistas. Para ele, a divisão igualitária do produto social seria, de fato, mais justa do que a distribuição observada em sua época - na qual a sorte ou o nascimento determinava a fração do produto que caberia a cada um. No entanto, o estado imperfeito da natureza humana em sua sociedade tornava-o cético em relação ao bom funcionamento de formas que não vinculassem diretamente produtividade e remuneração. O apelo ao auto-interesse pecuniário dos indivíduos seria, em sua época, a melhor garantia de razoável empenho no trabalho. Apelos a sentimentos mais elevados tenderiam a se mostrar ineficazes. O homem precisaria aperfeiçoar-se bastante antes que se tornasse viável fundar todo o funcionamento da máquina social em sentimentos como o espírito público ou a consciência moral. (MILL, 1879, p. 739)¹⁶

Como a regra de distribuição proposta pelo comunismo não apelava diretamente ao auto-interesse pecuniário dos homens, Mill entendia que seu sucesso requereria “...um alto padrão de educação, tanto moral como intelectual em todos os membros da comunidade...” (MILL, 1879, p. 746) Entretanto, considerava a

16 Mill afirma que: “...a não ser que estejamos operando com uma porção selecionada da população, o interesse pessoal será por um longo tempo um estímulo mais efetivo à conduta mais vigorosa e cuidadosa dos assuntos industriais (*industrial business*) da sociedade do que motivações de um caráter mais elevado...” (MILL, 1879, p. 740) Dado “...o tipo de caráter egoísta formado pelas instituições sociais existentes...” o apelo a paixões não tão nobres seria “... altamente conveniente; e enquanto a educação não tiver sido totalmente regenerada, é muito mais provável que se prove imediatamente mais bem-sucedido do que uma tentativa de adoção de um ideal mais elevado...” (MILL, 1848, p. 210)

população de sua época despreparada para “...qualquer ordem de coisas que fizesse alguma demanda considerável ao seu intelecto ou à sua virtude...” (MILL, 1848, p. xciii) Existiria, assim, no seu entender, uma inadequação entre as instituições comunistas e o estado de evolução intelectual e moral dos homens.

Essas críticas desaconselhariam a implementação do comunismo a curto prazo, mas não o inviabilizariam enquanto ideal (posteriormente trataremos das razões que fizeram Mill rejeitá-lo também como ideal). Isso porque, para Mill, a humanidade não estaria fadada a permanecer no baixo nível de preparo em que então se encontrava. O estado de aperfeiçoamento pressuposto pelo comunismo não seria utópico nem tampouco inatingível. Pelo contrário, as suas ambições em relação às possibilidades últimas da natureza humana eram quase ilimitadas.¹⁷ E, na existência de um homem já mais aperfeiçoado - com as motivações comunitárias fortalecidas *vis-à-vis* as auto-referentes -, os problemas relacionados à adesão da população ao sistema deixariam de ser importantes. (MILL, 1848, p. 205)

Todavia, um longo caminho teria que ser percorrido pela humanidade antes que este aperfeiçoamento pudesse ser de fato atingido. E esse aprimoramento, como vimos, seria inevitavelmente difícil e moroso. (MILL, 1879, p. 746)¹⁸ As reformas das instituições precisariam respeitar este ritmo. As novas instituições deveriam ser introduzidas paulatinamente de forma a educarem os homens para instituições melhores. O principal erro dos comunistas seria o de requerer - ainda que implicitamente - um homem melhor do que o existente em sua sociedade sem, no entanto, fornecer as bases necessárias para a sua constituição.

Vale notar, entretanto, que o fato de Mill não considerar as instituições comunistas adequadas à população de sua época não significou que ele as julgasse inviáveis. (MILL, 1848, p. 202) Este só seria o caso se o comunismo dependesse **unicamente** do apelo à moralidade, à consciência e às afetividades sociais para garantir o

17 A confiança de Mill nas possibilidades concretas de melhoria dos homens pode ser ilustrada com as seguintes afirmações: “...A história dá testemunho do sucesso com o qual grandes corpos de seres humanos podem ser treinados a sentirem como próprios o interesse público...” (MILL, 1848, p. 205) A capacidade de identificar-se com o bem público e dedicar-se e sacrificar-se por esta causa envolveria “...uma certa cultura, mas não superior àquilo que pode ser o quinhão de todos, e que certamente o será se o progresso humano continuar...” (MILL, 1974b, p. 420/1) Frases do gênero povoam toda a obra de Mill.

18 Muitas das limitações seriam impostas pelo nível de desenvolvimento já alcançado não só pelos “pupilos”, mas até pelos “educadores”: “...melhoramentos na educação geral (*general education*) são necessariamente muito graduais, porque a geração futura é educada pela presente, e as imperfeições dos professores estabelecem um limite invencível ao grau no qual eles podem treinar seus pupilos para serem melhores do que eles próprios...” (MILL, 1879, p. 740) A este respeito Mill divergia de Harriet Taylor - que veio a ser sua esposa - pois ela era mais otimista sobre a possibilidade de regeneração dos homens em um curto período de tempo (ver carta de Mill a Harriet Taylor, 2/3/1849, em apêndice aos *Princípios*. (MILL, 1848, p. 1030)

empenho na produção. Mas esta forma de organização contaria com outras armas, a mais poderosa delas sendo o poder da opinião pública - que incentivaria e premiaria a eficiência no trabalho. Uma vez que o interesse de cada um estaria atrelado ao desempenho dos demais em suas funções, as atenções da comunidade estariam voltadas a vigiar e a tentar obter empenho no trabalho. (MILL, 1848, p. 204) O “... *sentimento geral da comunidade composta por camaradas, sob cujos olhos cada pessoa trabalha, seria com certeza favorável ao trabalho árduo e bem feito, e desfavorável à preguiça, descuido e desperdício...*” (MILL, 1879, p. 742) A sociedade tenderia a enobrecer a dedicação à comunidade e a excluir de seus afetos aqueles que, por falta de formação moral, optassem por ser oportunistas e ganhar tanto quanto os demais sem prestar a mesma contribuição. E o desejo de fugir ao desprezo de seus semelhantes ou mesmo de instigar a sua admiração era, segundo Mill, uma das mais fortes motivações pessoais.¹⁹

Além disto, no comunismo, qualquer aumento de produção se reverteria, em última instância, em benefício de todos. Assim, apesar de pequeno, existiria, no fim das contas, algum apelo ao auto-interesse dos trabalhadores. (MILL, 1879, p. 742)

Por estas razões, Mill conclui que o trabalho no esquema comunista, “...*provavelmente seria mais vigoroso do que o trabalho do trabalhador assalariado...*” (MILL, 1848, p. 205), mesmo em se tratando da sociedade de sua época.²⁰

Além disso, quando considerado nos seus demais impactos, o esquema comunista apresentava inúmeras vantagens sobre o sistema assalariado vigente em sua época.

Uma delas seria a de tornar mais transparentes as verdadeiras causas da pobreza, tendendo a estimular a tão desejada estabilidade demográfica. As pessoas

19 “...*independentemente da motivação pelo bem público, todo membro da associação seria submisso (amenable) à mais universal e mais forte das motivações humanas [...][agradar] à opinião pública...*” (MILL, 1848, p. 205)

20 Além dos problemas de relativa inadequação *vis-à-vis* a população existente, Mill acreditava que muitos problemas operacionais seriam enfrentados. A sociedade teria, por exemplo, que achar uma forma de alocar com justiça os diferentes tipos de trabalho entre a população sem perder os ganhos de produtividade associados à especialização. (MILL, 1848, p. 206 e MILL, 1879, p. 744) Neste e em outros sentidos, o comunismo requereria um grau muito maior de arbitragem do que o sistema de mercado, tendo, portanto, a desvantagem de necessitar arcar com insatisfações e rivalidades decorrentes das decisões tomadas. (MILL, 1879, p. 743) Além disto, haveria um grande perigo de ocorrer estagnação nas inovações tecnológicas em um sistema no qual inexistisse competição e no qual as decisões de produção necessitam do aval da maioria - geralmente aversa a risco e a mudanças. (MILL, 1879, p. 742) Mas, apesar de demandarem soluções, Mill não atribuía um peso muito grande a esses problemas.

descontroladas e imprudentes em relação ao número de filhos não seriam bem vistas e seriam pressionadas a mudar de atitude.²¹

Outra, de fundamental importância, seria a ausência de relações de servilismo ou submissão entre os membros de comunidades comunistas. E, como haveria convergência de interesses na produção ao contrário do que ocorria em sua época -, os sentimentos comunitário e de responsabilidade social tenderiam a ser incentivados. As instituições comunistas seriam, nesse aspecto, uma escola de sentimentos sociais. A “...ambição e a atividade mental e física agora utilizadas na busca de interesses auto-referentes e separados necessitariam de outra esfera de atuação, e iriam, naturalmente, encontrá-la na busca do benefício geral da comunidade....” (MILL, 1848, p. 205)

A instauração do comunismo seria também, provavelmente, acompanhada de maior preocupação com a educação formal, o que tenderia a aumentar a capacidade intelectual e moral da população.²²

Assim, avaliada de acordo com os seus impactos, essa forma alternativa de organização social tenderia a ser, como um todo, mais favorável ao progresso humano do que o esquema vigente em sua época. Ela estimularia características como a responsabilidade no trabalho, a autonomia, as afetividades sociais e o autocontrole dos indivíduos da comunidade - características que, como vimos, eram valorizadas por Mill e careciam de cultivo em sua sociedade.

Por estas razões, ponderando os prós e os contras, Mill conclui que se “...tivéssemos que escolher entre o comunismo, com todos os seus riscos (*all its chances*), e o estado de sociedade existente com todas as suas injustiças [...] todas as dificuldades, grandes ou pequenas, do comunismo seriam como pó na balança...” (MILL, 1848, p. 207)

21 “...O comunismo é precisamente o estado de coisas em que se pode esperar que a opinião pública se declare com mais intensidade contra este tipo de intemperança egoísta...” (MILL, 1848, p. 206) Mill acreditava que a força da opinião pública nunca tinha realmente sido colocada contra estes excessos contanto que cometidos dentro do casamento. Mill ressaltou que provavelmente os comunistas usariam outros meios adicionais caso a pressão da opinião não se mostrasse suficiente. (MILL, 1848, p. 206)

22 “...Todos os socialistas têm muita consciência da enorme importância do treinamento dado aos jovens, não somente pelas razões que se aplicam universalmente, mas também porque existe no socialismo uma dependência muito maior na excelência dos arranjos educacionais do que em qualquer outro tipo de sociedade, uma vez que as demandas feitas pelo socialismo à inteligência e à moral dos cidadãos é maior do que sob qualquer outro sistema.” (MILL, 1879, p. 745)

Mill mostrou mais simpatia pela proposta de Fourier. Ele obviamente admirava este sistema e considerava que este conseguia evitar alguns dos principais problemas do comunismo. Seria um sistema que, ao admitir diferenciação na remuneração (nele o capital, o trabalho e o talento seriam remunerados), "...retém em certa medida os incentivos ao trabalho derivados do auto-interesse pecuniário...." (MILL, 1848, p. 210), sendo, portanto, menos inadequado aos homens de sua época. No entanto, embora a considerasse engenhosa, não foi esse o caminho encampado por Mill.

Apesar de defender que o homem público deveria dar a máxima liberdade para tentativas em pequena escala de implantar tanto o esquema de Fourier como o esquema comunista, uma vez que acreditava que esta seria a verdadeira forma de "...testar a viabilidade (*workableness*) de qualquer novo esquema de vida em sociedade..." (MILL, 1879, p. 748), Mill era cético quanto às possibilidades de seu sucesso como substituto imediato do sistema de propriedade privada:

"...uma total renovação da sociedade [...] estabelecendo a constituição econômica em uma base totalmente nova e diversa daquela de propriedade privada e concorrência, por mais valiosa que seja como ideal e talvez até como uma profecia sobre as possibilidades últimas [da humanidade], não está, no presente, disponível como recurso, uma vez que requer, de todos aqueles que sustentarão esta nova ordem de coisas, qualidades morais e intelectuais que precisam ser testadas em todos e criadas na maioria dos indivíduos. E isto não pode ser feito por meio de um ato do Parlamento, terá que ser, na melhor das hipóteses, o trabalho de um considerável período de tempo..." (MILL, 1879, p. 749/50)²³

Assim, apesar de considerar as instituições de sua época extremamente inadequadas para a promoção, seja do aprimoramento humano, seja da eficiência ou justiça do sistema, Mill não estava disposto a abrir mão, pelo menos no que dizia respeito à sua época, da instituição básica do sistema: a propriedade privada. Ele entendia que a promoção do progresso humano, da eficiência e da justiça social não só poderia, como deveria, ser buscada - pelo menos em um primeiro momento - no âmbito desse sistema. Na sua avaliação, os problemas observados em sua época não eram decorrências da existência de propriedade privada em si, mas da forma

23 *"...os vários esquemas de administrar recursos produtivos do país por meio da iniciativa coletiva e não individual merecem uma chance e alguns deles podem eventualmente se provarem preferíveis à ordem existente de coisas..."* (MILL, 1879, p. 748) Mas, no entender de Mill, *"...no presente eles só seriam adequados (*workable*) à elite da humanidade, e teriam ainda que provar o seu poder de elevar a humanidade como um todo ao estado de aperfeiçoamento por eles pressuposto..."* (MILL, 1879, p. 748)

específica como ela se apresentava na sua sociedade. (MILL, 1848, p. 207/8) Ele entendia que por meio de modificações pontuais e graduais nesse modo de organização social seria possível sanar as suas principais deficiências, garantindo a manutenção da coesão e a continuidade do progresso humano e social.

O objetivo a ser visado não seria, então, a subversão do sistema de propriedade individual “...mas o seu aperfeiçoamento, e a participação integral de todo membro da comunidade nos seus benefícios...” (MILL, 1848, p. 214)

Vemos, assim, que a posição de Mill é uma mescla de otimismo e pragmatismo. E essas duas perspectivas – a das possibilidades abertas ao homem e à sociedade e a do imediatamente factível – são articuladas na agenda de reformas apresentada aos seus contemporâneos. Em relação à Inglaterra, ele defendeu a modificação da legislação sobre herança, a legalização dos sindicatos, mudanças nas leis sobre contratos que facilitariam a constituição de cooperativas de trabalhadores, a emancipação feminina, ensino básico gratuito para aqueles que não têm meios para pagar, etc. Já para Irlanda, ele propôs uma transformação radical do tipo de ocupação da terra. Isso só para citar algumas de suas bandeiras. Todas elas levariam, nos países nos quais deveriam ser adotadas, a melhorias no estado moral e intelectual (além de nos outros aspectos) e preparariam a população para outros arranjos.²⁴

Apesar de suas propostas não serem muito abrangentes ou ambiciosas, em conjunto elas foram concebidas tendo por referência a promoção de um futuro grandioso para a humanidade.²⁵ As reformas sociais propostas por Mill devem ser encaradas, assim, como os primeiros passos de um longo caminho rumo a uma sociedade melhor. Seriam arranjos institucionais intermediários que ajudariam a preparar a população para uma existência social superior. Nesse sentido, elas poderiam até preparar a população para o socialismo (ou comunismo) ao torná-la mais madura intelectual e moralmente.

No entanto, não era a organização social comunista que Mill visava com essas reformas. Veremos que Mill rejeita o comunismo mesmo como ideal. Resta expor as razões dessa rejeição e apresentar o que entendemos ser a sociedade almejada por Mill, ou seja, a sua utopia.

24 Para uma análise da forma pela qual essas instituições levam a melhoramentos no estado moral e intelectual da população e a aumentos da produtividade e justiça do sistema ver MATTOS (1998, p. 87-108).

25 Duncan coloca bem a questão ao notar que apesar de Mill acreditar que a transformação social deveria ser conduzida de forma gradual “...enfrentando insatisfações particulares mantendo-se dentro do sistema estabelecido, sem tentar mudar o mundo da noite para o dia...”, ele nunca perdia de vista os seus fins últimos de regeneração humana e social: “...reformas específicas eram concebidas tendo por referência uma visão maior...” (DUNCAN, 1973, p. 235)

III. A SOCIEDADE IDEAL

As desconfianças de Mill em relação ao comunismo se manteriam mesmo caso todos os problemas operacionais e de inadequação à população pudessem ser plenamente resolvidos. O cerne da sua crítica ao comunismo relaciona-se não com o aspecto de coesão social, mas com a sua capacidade de garantir a longo prazo o progresso individual e social.

Na sua avaliação as instituições comunistas reforçariam algumas das tendências históricas que mais o perturbavam, ou seja, as tendências à massificação, à falta de criatividade e originalidade, à perda de energia de caráter e à perda de espaço do indivíduo ante as massas. Estas tendências eram consideradas por Mill importantes obstáculos ao progresso de sua sociedade. Caberia aos homens públicos encontrarem instituições ou arranjos capazes de corrigir ou ao menos minimizá-las, e esse não seria, no seu entender, o caso das instituições comunistas.

Uma vez que as circunstâncias eram, na concepção de Mill, determinantes para a formação do caráter de cada indivíduo, uma crescente igualdade entre as vivências dos diversos indivíduos (acesso ao mesmo tipo de escolas, nível socioeconômico idêntico, ocupações similares, etc.) resultaria em homens cada vez mais parecidos. Ele temia, então, que sob a vigência do comunismo ocorresse uma uniformização dos gostos, pensamentos, sentimentos e ações individuais. Essa tendência seria reforçada pelo maior poder que a opinião pública provavelmente adquiriria neste sistema. Como a maioria é geralmente hostil às diferenças, este seria, provavelmente, mais um instrumento que atuaria no sentido de homogeneizar a sociedade, por meio da pressão que exerceria sobre aqueles não identificados com o modo de vida da maioria. (MILL, 1848, p. 209) A atribuição de um poder maior à posição majoritária nas decisões sociais, sem qualquer contrapartida que garantisse que a vontade das minorias fosse, ao menos, considerada, poderia levar à prostração destas diante do peso da maioria. (MILL, 1879, p. 745)

Assim, a individualidade, diversidade, criatividade e originalidade - que segundo ele já corriam risco em sua época - seriam, provavelmente, ainda mais desestimuladas com a implementação do comunismo. Ou seja, Mill desconfiava da capacidade das instituições comunistas colaborarem para a promoção de características fundamentais ao progresso humano e social:

“...ainda está para ser conferido se o esquema comunista seria consistente com o desenvolvimento multiforme da natureza humana, com aquela complexa dessemelhança, com aquela diversidade de gostos e talentos, e variedade de pontos de vista intelectuais que não só formam uma grande parte do interesse da vida humana, mas

por levarem intelectos à uma colisão estimulante, e apresentarem a cada um inumeráveis noções que não seriam concebidas sozinhas - são as molas principais do progresso moral e mental.” (MILL, 1848, p. 209)

Assim, apesar de o comunismo estimular algumas virtudes necessárias ao progresso desestimularia outras - algumas destas centrais ao seu ideal de perfectibilidade humana. O esquema de Fourier se mostraria mais compatível com esse caminho de aperfeiçoamento humano e social ao estimular a diversidade e permitir um grau bastante elevado de liberdade, e como tal não suscitou tanta resistência por parte de Mill. Mas também este não foi apresentado por Mill como o seu ideal de organização social.

Na verdade, entendemos que Mill não nos apresenta exatamente uma utopia social. O mais próximo que ele chega disso é nos *Princípios* quando discute o Estado Estacionário. Mill retrata como ideal uma sociedade em que homens já bastante aperfeiçoados têm prioridades diferentes daquelas prevaletentes em sua época. A busca de riqueza já não seria o principal móvel da vida social e econômica. Os avanços tecnológicos seriam utilizados para tornar o trabalho mais leve e mais digno e para proporcionar maior tempo de lazer. O instinto de reprodução estaria controlado, o que tornaria possível à sociedade garantir uma posição material confortável para toda a população melhorando apenas a distribuição. Ao serem liberados da luta diária pela sobrevivência - ou mesmo pela manutenção de sua posição relativa na sociedade -, os indivíduos utilizariam o tempo ocioso para expandir o restante de suas potencialidades. A própria relação com o meio ambiente seria modificada. A natureza deixaria de ser encarada de forma puramente instrumental e passaria a ter um valor em si. E, neste contexto, as capacidades humanas poderiam se desenvolver indefinidamente.

Este ideal social revela, no nosso entender, muito mais sobre os valores e sobre as potencialidades humanas do que sobre as instituições sociais que estariam a embasar a vida social. É muito mais um ideal moral associado a algumas características que Mill gostaria de ver estimuladas na natureza humana do que de fato uma proposta de sistema social ideal - que implicaria enunciar, mesmo que em linhas gerais, quais seriam as regras de distribuição, como se dariam as relações na produção, como seriam tomadas as decisões sociais, etc.

A natureza humana seria, para Mill, progressiva - a cada momento os homens apresentariam um conjunto de capacidades, necessidades, desejos e deficiências. Assim não faria sentido estabelecer de antemão um tipo de sociedade como a ideal para organizá-los. Mill concebeu a natureza humana como uma obra incompleta. Só o tempo e a própria ação dos homens poderiam determinar a forma social mais

adequada, em cada momento, para promover a continuação de seu progresso. E, como a autonomia era um dos principais valores de Mill, caberia aos indivíduos de cada época, por meio de suas tentativas acertadas ou fracassadas, encontrar este caminho.

Sistemas utópicos que especificam o funcionamento institucional da sociedade do futuro pressupõem implicitamente que as necessidades dos homens são imutáveis, ou que o progresso humano se completa em algum momento, sendo possível antever, no presente, a melhor maneira de organizá-los no futuro. Estas duas idéias eram estranhas ao pensamento de Mill.

Ele não se sentia preparado para prever a estrutura social que deveria vir a prevalecer no futuro longínquo.²⁶ Mill só desejava que fosse tal que permitisse o mais amplo e contínuo desenvolvimento das capacidades humanas.²⁷

O arranjo institucional deveria ser tal que estimulasse a diferença - dando espaço para a originalidade e excentricidade, e liberdade para cada um de seus membros manifestar a sua individualidade, escolhendo o seu próprio caminho, modo de vida, etc. Caso estas condições não fossem cumpridas, a sociedade deixaria de ser progressiva, pois, como vimos, o aperfeiçoamento individual (quintessência do progresso social) se alimentaria, segundo Mill, destes elementos. Numa boa sociedade, estas fontes perenes de progresso deveriam ser cuidadosamente preservadas. Para ele, a sociedade desejável teria que ser de tal sorte que os homens possuíssem, em abundância, as características morais, estéticas e intelectuais desejadas e pudessem continuar a desenvolvê-las livremente.²⁸ E por isso ele rejeita o comunismo - que não seria compatível com esse ideal liberal.

26 Cabe aqui fazer uma analogia com a ética. Uma das principais vantagens que Mill via na ética utilitarista era o fato de esta não estabelecer de antemão preceitos que deveriam ser seguidos em qualquer época ou lugar. Ela seria uma ética flexível, algo desejável em uma sociedade e, segundo o mesmo critério, poderia não sê-lo em outra. Por tomar como referência a felicidade - que terá conteúdos diferentes de acordo com o grau de evolução da natureza humana -, os preceitos que dela decorrem se modificam de acordo com a situação. Se éticas universalistas acabariam sendo amarras para a sociedade, o que não dizer de formas institucionais?

27 Em relação à sociedade do futuro, como aponta Schwartz: "*Mill intentó (...) limitarse a la especificación de las condiciones generales necesarias para la aparición de un marco en que el individuo pudiese desarrollar sus facultades...*" (SCHWARTZ, 1968, p. 282)

28 "*Mill sempre pensava em termos de desenvolvimento ou progresso e não aceitava qualquer noção de limite ao progresso. Ele não via qualquer justificativa lógica ou empírica para a crença de que as sociedades ou os homens teriam que atingir um estado além do qual seria impossível buscar e atingir algo ainda mais grandioso (grandeur)...*" (MUELLER, 1956, p. 127) Para Mill, só o estado progressivo da natureza humana interessava. A estagnação seria apenas um primeiro passo para a decadência.

Podemos interpretar, assim, a boa sociedade como sendo aquela que permite a plena realização da sua utopia de perfectibilidade humana. Neste sentido, a utopia moral de Mill seria a verdadeira âncora de sua filosofia social. O ideal social viria a reboque deste ideal de homem.

Isto não faz com que Mill seja menos utópico no que se refere à sociedade do futuro do que, por exemplo, Owen, Saint-Simon, Fourier ou Comte. A sua crença na tendência à perfectibilidade humana o tornava extremamente otimista quanto ao futuro da organização social. Homens mais perfeitos certamente teriam mais condições de encontrar formas sociais justas, eficientes e adequadas à promoção do maior nível de bem-estar social possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUNCAN, G. *Marx and Mill: two views on social conflict and social harmony*. London: Cambridge University Press, 1973.
- HARRIS, A. L. John Stuart Mill's theory of progress. *Ethics an International Journal of Social, Political, and Legal Philosophy*, v. LXVI, n. 3, april 1956.
- HOAG, R. W. Mill's conception of happiness as an inclusive end. *Journal of the History of Philosophy*, v. XXV, 1987.
- MILL, J. S. (1865) August Comte and positivism. In: *Collected Works of John Stuart Mill (CW)* v. X. Toronto: University of Toronto Press, 1969.
- _____. (1873) *Autobiography*. London: Penguin Books, 1989.
- _____. (1838) Bentham. In: LEAVIS, F. R. (org.), *Mill on Bentham and Coleridge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- _____. (1879) Chapters on socialism. In: *CW V*. Toronto: University of Toronto Press, 1967.
- _____. (1836) Civilization. In: HIMMELFARB, Gertrude (ed.), *Essays on politics and culture*. Gloucester: Peter Smith, 1973.
- _____. (1840) Coleridge. In: *CW X*. Toronto: University of Toronto Press, 1969.
- _____. (1861) *Considerations on representative government*. New York: The Liberal Arts Press, 1958.
- _____. (1874a) Nature. In: *CW X*. Toronto: University of Toronto Press, 1969.
- _____. (1848) Principles of political economy with some of their applications to social philosophy. In: *CW II e III*. Toronto: University of Toronto Press, 1965.

- _____. (1834) Remarks on Bentham's philosophy. *In: CW X*. Toronto: University of Toronto Press, 1969.
- _____. The earlier letters of John Stuart Mill (1812-1848). *In: CW XIII*. Toronto: University of Toronto Press, 1963.
- _____. (1874b) The utility of religion. *In: CW X*. Toronto: University of Toronto Press, 1969.
- MATTOS, L. A natureza humana e o 'homem econômico' milliano. *Estudos Econômicos*, v. 27, n. 1, p. 69-96, jan./abr. 1997.
- _____. *Economia política e mudança social*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- MUELLER, I. *John Stuart Mill and french thought*. University of Illinois Press, Urbana, 1956.
- ROBBINS, L. The classical economists and socialism: J. S. Mill. *In: The theory of economic policy*. London: MacMillan, 1952.
- SCHWARTZ, P. *La nueva economia politica de John Stuart Mill*. Madrid: Tecnos, 1968.
- SCHWEINITZ JR., K. J. S. Mill and India. *Research in the history of economic thought and methodology*, v. 2. Londres: J. A. I. Press, 1984.

(Recebido em janeiro de 1999. Aceito para publicação em agosto de 1999).

Agradeço os comentários de Eduardo Giannetti da Fonseca, Raul Cristovão dos Santos, Adriana Nunes Ferreira, Antônio Carlos Alves dos Santos, Célia Lessa, Maria Lúcia Werneck, Jeff Lipkes e David Levy, Flávio Comin e dos pareceristas anônimos da revista. Como de praxe, os erros e omissões remanescentes são de responsabilidade do autor.